

Agricultura Urbana em Bexley, Londres

Beacon Mbiba - mbibab@lsbu.ac.uk

Foto: Beacon Mbiba - Membros da horta comunitária de Woodlands Farm trabalhando.

As autoridades municipais enfrentam grandes desafios ao tomarem decisões relacionadas com a prática da agricultura urbana. Enquanto que os custos e os benefícios dos usos convencionais do solo urbano são bem evidentes, eles não são tão claros quando se fala no seu uso agrícola. Essencialmente, as decisões técnicas quanto ao uso das terras são tomadas com um olho na política local e nas pressões exercidas pelos vários interessados que competem por elas.



A agricultura urbana em Londres e no Reino Unido

As hortas comunitárias divididas em parcelas familiares ou individuais constituem a forma mais visível e tradicional de agricultura urbana no Reino Unido. Elas são associadas com as campanhas de segurança alimentar realizadas durante as duas guerras mundiais (1914-1918 e 1939-1945), mas sua importância como fonte de alimento vem declinando desde os anos 1950. Mais recentemente as fazendas urbanas surgiram como outra forma notável de agricultura nas cidades inglesas. Entretanto a maior parte das atividades nessas fazendas não está ligada à produção agrícola, mas à educação ambiental, recuperação paisagística, valorização social e comunitária etc. Existem ainda espaços como quintais e terraços usados para plantios que também são lembrados nas discussões sobre agricultura urbana em Londres.

Os regimes institucionais e legais para a alocação e utilização das terras estão bem elaborados e divulgados (Garnett, 1996; Crouch et al. 2000; Howe, 2001). Diferentemente dos países em desenvolvimento (e especialmente em muitas cidades africanas), os cultivos em Londres têm lugar em áreas que respeitam o planejamento e o zoneamento urbano: as fazendas urbanas e as hortas em parcelas. Entretanto, apesar dessa visão "tranquila", problemas de terra também existem nesse contexto, embora sejam de uma dimensão ligeiramente diferente. O maior problema resulta das hortas em parcelas não utilizadas ou subutilizadas. Usaremos o caso do bairro de Bexley, em Londres, para ilustrar as dificuldades enfrentadas pelos planejadores e conselheiros ao tratarem das questões de terra para a agricultura urbana em uma grande cidade ocidental, desde 1999.

Terras em parcelas para agricultura comunitária em Bexley, Londres

O bairro de Bexley é uma região na periferia sudeste de Londres que conta com certa autonomia administrativa. É uma das áreas mais verdes da cidade, se considerarmos a disponibilidade de áreas plantadas, tanto de uso ativo quanto passivo. Áreas livres e lotes para agricultura são manejados de acordo com os princípios da Agenda 21. Atualmente lá existem cerca de 36 hortas comunitárias, cada uma delas reunindo parcelas de variados tamanhos. Comitês auto-gerenciados dos usuários dos lotes que detêm “Licenças Delegadas de Manejo” são responsáveis por oito dessas hortas. As demais são gerenciadas pelo Conselho local, e juntas somam cerca de 1.580 parcelas. O Conselho de Bexley realiza inspeções regulares da situação dessas parcelas, e a revisão de 2001/2002 revelou a queda da demanda por essas parcelas apesar da popularização das idéias de “agricultura urbana”, mercados de produtores locais, alimentação orgânica e Agenda 21. A Tabela 1 mostra a tendência declinante da ocupação das parcelas.

Tabela 1. Demanda por parcelas nas hortas comunitárias de Bexley: 1996 a 2002

Ano	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Total de parcelas	1710	1728	1360	1339	1341	1370	1384
Total de parcelas desocupadas	562	601	337	312	296	331	389
% de parcelas desocupadas	33	35	25	23	22	24	28

Fonte: Bexley Council, 2002

Essa tabela mostra que apenas 63% das parcelas estão ocupadas. O nível de utilização não costumava ser tão baixo. Por exemplo, em 1975, Bexley tinha aproximadamente o mesmo número de parcelas para plantio (1.600), que ocupavam cerca de 40 hectares. Todas as parcelas estavam alocadas a famílias ou indivíduos, e eram plenamente utilizadas. A demanda por parcelas era alta em 1975, como indicado pela lista de espera com 740 novas solicitações, comparadas com apenas 9 em 2002, mostrando claramente a queda na demanda (Bexley London Borough, 1975: 21-22).

Porém os números da Tabela 1 escondem as variações de ocupação nas diversas hortas. Algumas delas estão totalmente ocupadas, enquanto que outras estão parcialmente vazias. A figura 1 mostra a distribuição das hortas e seu nível de ocupação, mostrando que, em 2002, seis delas estavam totalmente ocupadas (0% de terra não utilizada).

As parcelas que não estão sendo utilizadas resultam em custos de manutenção para o Conselho. Limpar e preparar uma única parcela pode custar até £500. O Conselho fornece, para cada parcela, um caminho de acesso, água, cerca, e lugar para guardar ferramentas e sementes. O custo estimado de todas as hortas, em 2002, chegou a £240.000. O Conselho está portanto sempre desejoso de reduzir esses custos, e um modo de fazê-lo é vender as áreas não utilizadas. Sendo assim, as áreas que não são usadas há alguns anos são então consideradas para outros usos – normalmente a venda para construção de prédios.

O interesse do Conselho em se desfazer das terras

A venda de terras oferece ao Conselho benefícios financeiros importantes, imediatos e permanentes, que incluem os valores arrecadados com a venda e depois com os impostos e taxas sobre a propriedade, as edificações, o comércio ou a indústria que venha a operar no local etc. A geração de renda adicional é uma prioridade para o Conselho dada a necessidade de oferecer e manter serviços públicos eficientes para todo o bairro.

Das várias hortas subutilizadas, algumas já foram vendidas para incorporadores imobiliários, entre elas a Thistlefield Allotment Gardens, vendida no final da década de 1990 para a Croudace Ltd., para a construção de residências. Após avaliações e consultas com os interessados (principalmente da Bexley Federation of Allotment and Leisure Gardeners), os aproximadamente 5 ha foram vendidos em leilão por £1,5 milhão. A Croudace construiu então 30 casas que foram vendidas em 2002 a preços entre £190.000 e 250.000, e a companhia já está planejando comprar outras hortas para repetir seu negócio. A municipalidade cobra ainda uma taxa de £110 por mês de cada uma dessas propriedades.

De acordo com os Conselheiros que participaram no processo de decisão, os fundos levantados com a venda foram usados para melhorar as escolas do bairro e reduzir a dívida municipal. "Qualquer pessoa que deseje uma parcela para cultivar, neste bairro, consegue... não há falta de terra aqui para quem queira plantar" (Councillors - Tandy, Campbell e Downing, 21/09/2002).

A resposta da população à venda de uma área comunitária urbana

A reclassificação de terras subutilizadas como excedentes a serem vendidos já foi muitas vezes manchete na imprensa local. O "Bexley Express" (5 de março de 2003) informou que os produtores urbanos e a comunidade interessada nas áreas verdes do bairro estavam alarmados e descontentes com a idéia de vender mais terras públicas. A reportagem revelou o seguinte sobre os usuários e o uso que fazem de suas parcelas:

- A maior parte é formada por pessoas mais velhas que dedicam seu tempo e energia para cultivarem suas parcelas.
- Alguns horticultores praticamente vivem da produção de suas parcelas.
- As hortas também oferecem ambientes de recreação e biodiversidade na cidade.

As discussões sobre os benefícios das hortas comunitárias foram realizadas por todo o bairro, mas, no final, os seus benefícios, para a comunidade, não puderam ser tão explicitados e quantificados quanto as vantagens - principalmente financeiras, para a municipalidade, que decorreriam da venda das terras. Esse desequilíbrio sempre acaba pressionando as autoridades locais no sentido de venderem as áreas subutilizadas.

Entretanto, o conceito de subutilização pode ser desafiado dizendo-se que o que parece estar sobrando hoje poderá estar em falta daqui a poucos anos. E podem existir outros fatores provocando a redução na demanda por parcelas que, se resolvidos, a estimulariam e

resultariam até na falta de novas parcelas. Existem outros modos de usar as terras que podem significar mudanças ou a introdução de algo novo. Um bom desafio à noção de “subutilização” foi dado pelo agricultor John Johnson, que disse:

... O Conselho afirma que as áreas livres estão sendo subutilizadas, mas 63% delas estão sendo usadas. Apenas 30% das pessoas compareceram às últimas eleições, mas os Conselheiros não se consideram a si mesmos como subutilizados e dispensáveis! (Bexley Express, 5 de março de 2003).

As boas práticas e o futuro das hortas comunitárias em Bexley

O Conselho de Bexley (os Conselheiros e os planejadores e executivos) precisa equilibrar uma gama de preocupações, e responder às necessidades dos vários interessados na questão. Embora as decisões finais possam não ser favoráveis a todos, o processo e os procedimentos que levam a essas decisões precisam ser claros, transparentes e inclusivos. É crucial que as autoridades locais não sejam vistas como violando suas próprias regras e regulamentos. Em Bexley, revisões das necessidades das parcelas precisam ser feitas regularmente como parte da estratégia de gerenciamento do patrimônio sob responsabilidade do Conselho. Entre as práticas adotadas nesse processo destacam-se:

- Consultas são feitas amplamente com os representantes dos grupos de usuários. Nesse caso, o Conselho está revendo sua estratégia de parcelas e consultando a Federação de Parceiros e o público em geral. Um relatório que foi feito em 2003 deverá ser divulgado no início de 2004 (1).
- Os produtores e os membros da comunidade podem procurar e pressionar os Conselheiros para se assegurarem de que suas visões estarão incluídas no processo de tomada de decisões.
- Onde uma horta esteja para ser vendida para empreendimentos imobiliários, como no caso de Thistlefield, são realizados levantamentos abrangentes que incluem os aspectos sociais, arqueológicos, ambientais, de projeto e de trânsito. Preocupações razoáveis e válidas são então incorporadas ao plano de desenvolvimento e muitas vezes definem condições que devem ser respeitadas pelo empreendedor.

Na horta comunitária de Thistlefield, esse processo de consulta pública gerou várias contestações, com um grupo de 48 moradores locais assinando uma petição em conjunto que questionou vários aspectos do projeto. Entretanto, poucos desses questionamentos estavam relacionados com a manutenção da área para agricultura urbana. Ao invés, havia muitas preocupações com o que aconteceria ao bairro, com a vinda das novas moradias e de mais moradores, em termos de demandas extras por vagas nas escolas, congestionamentos de tráfego, poluição, redução da área verde, barulho com as construções, problemas de estacionamento e impactos na rede de saúde. As preocupações com maiores problemas de trânsito foram as predominantes. A objeção mais válida estava relacionada com a proximidade de uma Clínica de Audiologia local que precisa de um ambiente tranquilo para as suas atividades, prestes a ser afetado negativamente pela introdução de um complexo residencial bem a seu lado.

Todas essas preocupações foram então incluídas no projeto. Um último ponto crucial em termos de participação comunitária - no geral, e da agricultura urbana em particular - é que todas essas atividades foram tornadas públicas, bem como os resultados gerados. É possível investigar e identificar onde as coisas deram errado, e onde podiam ter sido feitas de modo mais eficiente – essa avaliação é sempre uma boa prática. O processo de consulta e documentação pode ser lento e confuso – e por isso os planejadores são frequentemente acusados de atrapalhar o desenvolvimento – ou, como se diz, “os planejadores nunca vencem!” (?)

Nota

1. A estratégia de parcelas urbanas Atualmente em preparação será do interesse de muitos leitores, e o RUAF pretende disponibilizar o documento final tão logo esteja disponível.

Referências

- Bexley Council (2000) Murchison Avenue Allotments Planning Brief, Thistlefield. Murchison Avenue. Bexley Council, Kent.
- Bexley Council (2002) Property Strategy Review. Council Cabinet Meeting 17th December, 2002 Agenda Item 7, Decision Ref: CAB 26/02.
- Bexley London Borough (1975) Open Lands: An Interim Policy. Town Planning Division, Sidcup, Kent.
- Crouch, D., Stempik, J. and Wiltshire, R. (2000) Growing in the community: a good practice guide for the management of allotments. London: Local Government association.
- Garnett, T. (1996) Growing Food in Cities: A report to highlight and promote the benefits of urban agriculture in the UK. London: Safe Alliance.
- Howe, J. (2001) Nourishing the City. Town and Country Planning, pages 29-31.

[Sumario Revista No.11](#)